

HABEAS CORPUS Nº 492.565 - MG (2019/0037712-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FABIANO TORRES BASTOS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : L M M F DO P (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de L M M F DO P, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Apelação n. 1.0702.18.089770-5/001.

Consta dos autos que ao paciente foi aplicada medida socioeducativa de internação, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Nesta via, a impetrante alega, em síntese, que não estão presentes os requisitos previstos no art. 122 do ECA a fim de justificar a imposição da medida extrema, carecendo a decisão de motivação idônea.

Aduz que interposta a apelação, o Tribunal de origem recebeu o recurso somente no seu efeito devolutivo, sustentando a ocorrência de ilegalidade, visto "*que todos os recursos de apelação interpostos contra sentença que decide processos de apuração de ato infracional devem ser recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo*" (e-STJ fl. 15).

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo do presente *writ*, concedendo-se a ordem para suspensão dos efeitos da decisão e, no mérito, pugna pela conversão da medida socioeducativa de internação em liberdade assistida.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou, *in verbis* (e-STJ fls. 199-201):

[...]

Contudo, razão não assiste à defesa, vez que, analisando os autos, a medida mais grave se revelou adequada, respeitando-se, inclusive, a excepcionalidade de sua aplicação e os requisitos do art. 122 do ECA.

Registro que para a aplicação da medida de internação, preconiza o artigo 122 da Lei 8.069/1990 que esta só poderá ser aplicada, dentre outras hipóteses, "quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa", como é o caso do ato análogo ao

crime de roubo majorado.

Julgando caso similar, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela correta aplicação da medida de internação ao menor que pratica ato infracional análogo a roubo.

[...]

Não bastasse, na espécie, além de se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça contra a pessoa, é evidente a gravidade concreta do episódio em questão, uma vez que, não satisfeito com a superioridade numérica (quatro agentes), se valeu, junto com os comparsas, de dois artefatos lesivos (armas branca), para fins de lograr êxito na empreitada criminosa, além de, segundo agente, ter sido o único indivíduo a lhe tentar agredir fisicamente (f. 08/09) o que ratifica ser a internação a medida mais apropriada para a efetivação dos princípios basilares do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator